



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**LAUDO DE VISTORIA n° 11/2009**

**1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Foi solicitada pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico a realização de vistoria técnica no imóvel Igreja do Rosário, localizado no município de Piranga, com a finalidade de verificar o estado de conservação em que se encontra o imóvel e as medidas emergenciais para preservação.

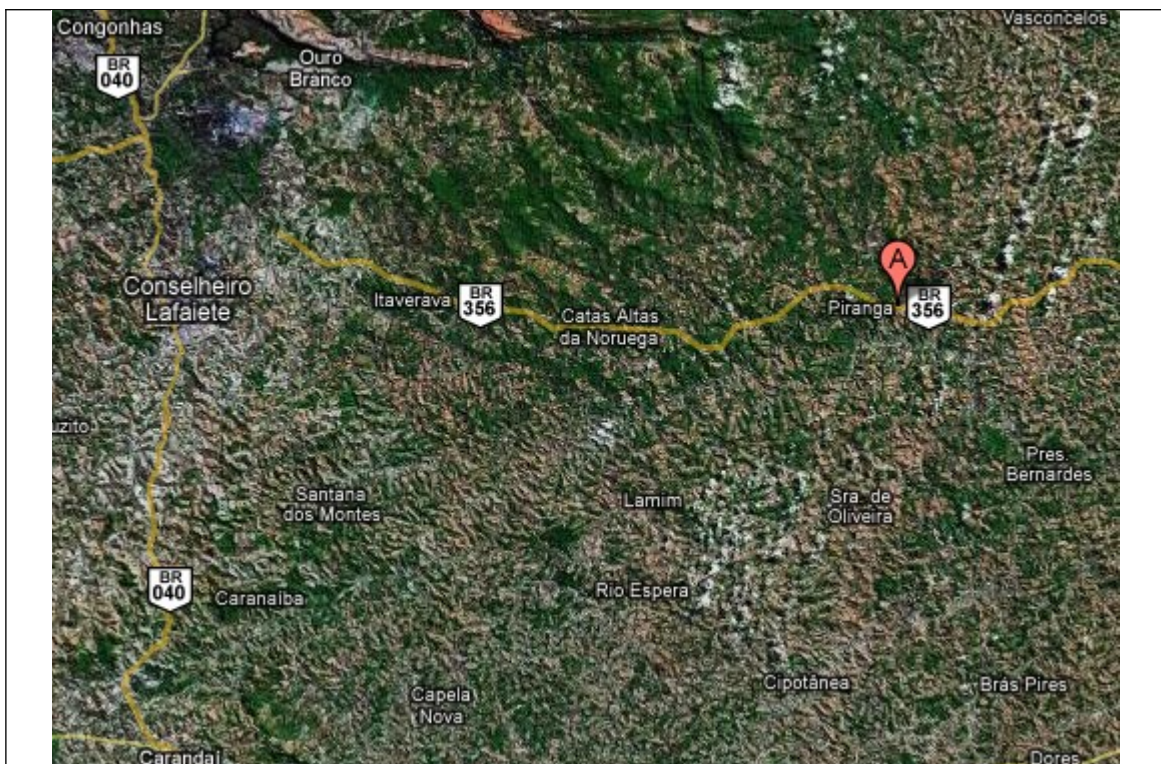


Figura 01 - Mapa de localização

**2 – METODOLOGIA**

Para elaboração do presente Laudo de Vistoria foram usados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção “in loco” no bem cultural e análise ao documento elaborado pelo Iepha denominado “Programa de Vistoria e Inspeção”.

**3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL**

No dia 13 de fevereiro de 2009, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais, Analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizou uma vistoria técnica na Igreja Nossa Senhora do Rosário, no município de Piranga.



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062  
 Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: cppc@mp.mg.gov.br



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

#### **3.1- Breve histórico do Município de Piranga**

Chamou-se primeiramente Guarapiranga. Piranga é um adjetivo cujo significado é vermelho. Em geral os historiadores dão como primeiro explorador o taubateano João Siqueira Afonso, em 1704. Entretanto, lê-se códice Matoso que, em 1691, Francisco Rodrigues de Siqueira e Manuel Pires Rodovalho exploraram a região do Guarapiranga.

Chegou na região, em 1691, a bandeira oriunda de Taubaté-SP, mas por conflitos esta bandeira retornou para a sua origem deixando uma base para futuras explorações. No ano seguinte, a Coroa Portuguesa, ordenou o Coronel João Amaro Maciel Parente, filho do Governador das Armas da Conquista da Bahia, para estabelecer uma base de operação oficial de colonização da região e das Minas Gerais. Consideramos a região de Guarapiranga, como berço das Gerais, devido que a vinda do coronel João Amaro Maciel Parente, um membro da Ordem de Cristo, um oficial experiente da coroa, que antes de sua vinda para a região de Guarapiranga, tinha sido derrotado pelos guerreiros de Zumbi dos palmares, na distante Alagoas.

Em 1694, começaram a edificação de uma capela com evocação à Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 08 de dezembro de 1695. Depois da primeira bênção, pode-se dizer que deu-se o início oficial da fundação do Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, o berço das gerais, e o início oficial da colonização de todas as Minas Gerais.

O Bandeirante, em 1704, sobrinho e neto do Capitão, João Siqueira Afonso, seguindo o rastro de seus parentes, descobre as minas de Guarapiranga, uma lavra a céu aberto no ribeirão que denominaram Córrego das Almas, em homenagem aos seus parentes mortos.

Por decreto do Rei Dom João V , no dia 16 de Fevereiro de 1718, foram instituídas as cinco primeiras paróquias das Minas Gerais e, a Paróquia de Guarapiranga, estava entre elas.

Fato histórico importante na região foi o combate decisivo da Guerra dos Emboabas entre 1708-1709 tendo como capitão-mor Rafael da Silva e Souza, português, homem prudente, de espírito apaziguador, evitou que os paulistas causassem algum mal a Guarapiranga e, da mesma forma, conseguiu que não fosse o arraial destruído, desviando o combate para a região do Bacalhau, evitando que o Arraial fosse arrasado pelo terrível combate que ocorreu entre as forças paulistas e dos Emboabas, na região da fazenda da Cutia, hoje Santo Antônio do Pirapetinga. A partir deste combate, os ânimos foram esfriando, tendo a intervenção do Governador Federal e a criação das Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Com a decadência da exploração das jazidas minerais, transformou-se numa região agrícola, abastecendo as demais regiões auríferas.

Elevou-se Piranga à categoria de cidade no dia 05 de Outubro de 1870. Nas divisões administrativas do Estado, o distrito sede do município figurava com a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Piranga; assim a lei de Nº 843 de 7 de setembro de 1923, mudou o nome do Distrito para Piranga.

#### **3.2 – Breve histórico da Igreja do Rosário**

A partir das grandes descobertas das minas de ouro na região do Guarapiranga, afluíram para o local uma grande quantidade de senhores exploradores, acompanhados de centenas de escravos, que conforme doutrinação evangélica do Bispado do Rio de Janeiro. Antes de ser criado o Bispado do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio de Guadalupe, já advertia sobre a necessidade de catequização dos escravos, sob a pena de seus senhores pagarem “uma oitava de ouro por cada vez”.





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Logo após o confronto bélico na região das Minas, que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas, 1708 a 1711, foram organizadas as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e no Arraial de Nossa Senhora de Guarapiranga, a partir do ano de 1718, quando El Rei de Portugal instituiu por carta Régia as primeiras paróquias no Arraial, a Irmandade dos Homens Pretos começou a levantar uma capela em devoção à Nossa Senhora do Rosário, passando a mesma por vários estágios:

- 1- A primeira foi a partir da Segunda metade do Século XVIII, quando a capela teve um grande avanço, configurando extremamente como a conhecemos atualmente;
- 2- A segunda foi a grande reforma que a mesma passou a partir de 1800, conforme documento datado de 23 de outubro de 1800.

E conforme consta no famoso relatório do enviado de El Rei de Portugal, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tinha o compromisso de erigir a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, e assim fez, em 1745, pelo Sr. D. Frei João da Cruz, o levantamento desse magnífico templo, situado numa extensa planície verdejante, a caminho da Vila do Carmo.

A reforma desta vez foi internamente, na feitura do altar-mor e dos altares laterais, na pintura, alvenaria, etc.

Outra significativa alteração foi em 1883, conforme inscrição na arcada do coro, quando foram abertas as arcadas da nave;

Em 1892, o retábulo - mor foi entalhado e não se tem notícias do destino dado ao retábulo primitivo.

Fonte : [www.piranga.com.br](http://www.piranga.com.br) e [www.piranga.mg.gov.br](http://www.piranga.mg.gov.br), acessados em 18/02/2009.

#### 4 - ANÁLISE TÉCNICA

A capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do antigo Arraial Guarapiranga é um exemplar típico da linguagem arquitetônica difundida no século XVIII, por todo o vale do Rio Piranga.

A capela está situada em uma área plana, precedida de uma quadra livre, gramada. A fachada frontal apresenta duas janelas no coro, uma porta central avantajada.



Figura 01 – Fachada frontal





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A composição é bastante simples, com fachadas decoradas por peças de madeira nos sentidos transversal e longitudinal. O frontispício consiste em um retângulo colocado verticalmente, encimado por um triângulo de empena e ladeado pelos painéis trapezoidais dos corredores, em combinações geométricas sincera e de caráter simplificado.

Para a colocação dos sinos são abertas janelas nos puxados laterais, de menores proporções do que as do coro. A portada é enriquecida com almofadas dispostas alternadamente na vertical e na horizontal. As janelas são retangulares de vergas retas.

Internamente, a nave compõe-se de dois retábulos em posição chanfrada ao arco-cruzeiro, sendo estes dois altares ricamente decorados. Estes são atribuídos a Aleijadinho e as pinturas nos baldaquinos dos retábulos colaterais são atribuídas ao Mestre Athaíde. Entre as imagens existentes, muitas foram executadas pelo mestre Piranga e são originárias da primitiva Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piranga. Na capela, há corredores laterais que se abrem para a nave e a capela-mor.

Segundo relato da sra Clélia Fernandes, filha da D. Cassilda, guardiã das chaves da igreja e segundo informações prestadas pelo Iepha, no final da década de 80 o telhado da nave ruiu, deixando a capela descoberta por um ano aproximadamente. Em 1990 o Iepha elaborou o projeto e restaurou a Capela e também os retábulos. Em 2006 a comunidade a comunidade executou no corredor central da nave um piso tabuado de madeira.

Durante a vistoria ao imóvel foi verificada a montagem de estrutura metálica coberta com lona na praça defronte ao imóvel para realização das festividades do carnaval.



Figura 02 – Estrutura montada na praça defronte a Capela para as festividades do carnaval.

Na área externa da capela foi verificada a presença de umidade na parte inferior da alvenaria, onde há várias manchas, descolamento do reboco, da camada de tinta e existência de fungos e bolor em alguns trechos. Também foi verificada a presença de umidade em alguns trechos na parte interna da capela, também no trecho inferior das paredes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

As esquadrias também se encontram danificadas pela ação das intempéries e apresentam descolamento da camada de pintura e apodrecimento de trechos, devido à umidade.

Verificou-se também que quase a totalidade dos pés de esteio foram substituídos por bases de concreto, o que nos leva a acreditar que o problema de umidade na base da edificação existe há algum tempo.



Figuras 03 e 04 – Umidade nas alvenarias externas da edificação.



Figura 04 – Umidade nas alvenarias internas da edificação.

Figura 05 – Esquadrias com apodrecimento e descolamento da camada de tinta devido às intempéries.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 06 – Pés de esteio substituídos por base de concreto. Verifica-se também a umidade na calçada no entorno do imóvel.

Foi verificada a existência de infiltração de água entre as águas do telhado na fachada lateral esquerda da capela, provavelmente ocasionada por telhas quebradas e/ou deslocadas ou falta de rufo na junção do telhado com a alvenaria. A água escorre pela parte interna da capela, danificando o forro e alvenaria. Pela fotografia abaixo, percebe-se que a umidade está próxima de instalação elétrica, o que expõe o imóvel a riscos de incêndio.



Figura 07 - Infiltração vista pelo lado externo da Capela.



Figura 08 – Infiltração junto a parte elétrica e que está danificando o forro.

Foi verificada a presença de fiação exposta, sem conduítes, fixada diretamente na madeira, material combustível, o que expõe o imóvel a riscos de incêndios.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 09, 10 e 11 - Fiação exposta, sem conduítes, fixadas diretamente na madeira.

Foi verificado que há infestação geral de cupins em todos os elementos de madeira – bancos, colunas, pisos, esquadrias, guarda-corpos, altares e imagens. Há resíduos e excrementos de cupins em vários locais da capela.



Figura 12 – Cupins nas imagens.



Figura 13 – Cupins nos bancos.



Figura 14 – Cupins nas esquadrias.



Figura 15 – Cupins na divisória de madeira.



Figura 16 – Cupins no piso.



Figura 17 – Cupins no guarda-corpo.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 18, 19 e 20 – Resíduos e excrementos de cupins.

Durante a vistoria foi verificado que a base dos retábulos colaterais ao arco-cruzeiro receberam emendas de madeira que destoam do material antigo existente.



Figuras 21 e 22 – Emendas nos pés dos altares laterais.

Foi verificado também que o tabuado corrido do altar encontra-se solto dos barrotes. Existe apenas um extintor de incêndio na capela. Há sistema de alarme que é constantemente utilizado.

## 5- CONCLUSÕES

A edificação necessita de intervenção de restauração<sup>1</sup>, tanto da arquitetura quanto dos elementos artísticos. Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração da edificação, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção.

<sup>1</sup> Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**Medidas emergenciais:**

- Cobertura - Como se sabe, a função do telhado é impedir a entrada das águas pluviais no interior do edifício e lançá-las o mais longe possível das paredes. Se isto não ocorre, inicia-se o processo de deterioração que pode levar o telhado e, conseqüentemente, o próprio edifício ao arruinamento total. Patologias em coberturas devem ser sanadas rapidamente, pois podem gerar vários outros problemas e destruições. Deverá ser feita revisão geral em todo madeiramento, telhas, calhas e rufos, com substituição de peças comprometidas e / ou em mau estado de conservação.
- Deverá ser feita descupinização das madeiras do imóvel (forro, piso, elementos artísticos e decorativos, estruturas, etc) e proteção contra insetos xilófagos. As peças deterioradas deverão ser substituídas. Verificar se há infestação de insetos (formigas, cupins, etc) no terreno. Caso seja verificado, é necessário promover a desinfecção da área;
- Deverá ser feita uma revisão geral das instalações elétricas, com instalação de conduítes e retiradas das gambiarras elétricas. Deve-se evitar o contato direto da fiação elétrica com elementos de madeira, que são altamente combustíveis.

Além disso, sugere-se :

- As esquadrias devem ser recuperadas. Deverá ser feita uma revisão de todas as esquadrias remanescentes, com substituição de peças danificadas e vidros quebrados ou inexistentes e as ferragens deverão ser recuperadas. Uma nova pintura deverá ser realizada,
- Conhecer e identificar o fator causador da presença de água nas alvenarias e solução do problema. Verificar se a umidade vem do solo ou devido a falta de um sistema adequado de drenagem de água pluvial. Após a solução do problema, refazer o reboco onde se encontra deteriorado e realizar nova pintura,
- Revisão da fixação do piso tabuado do altar;
- Elaboração de projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e instalação dos equipamentos necessários.
- Após a descupinização e imunização, deve-se proceder a restauração dos elementos artísticos.
- Ao serem realizados eventos na praça defronte ao imóvel, sugere-se que haja vigilância permanente no imóvel no imóvel, buscando evitar danos ao bem. Durante a realização de eventos há grande movimentação de pessoas, o que pode causar impacto no imóvel protegido e expô-lo a furtos, incêndios e ações de vandalismo. Daí a grande necessidade de vigilância no local.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**6- ENCERRAMENTO**

Sendo só para o momento, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 10 (dez) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 20 de março de 2009.

Andréa Lanna Mendes Novais  
Analista do Ministério Público – MAMP 3951  
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D